
ATUAÇÃO DAS MULHERES NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE PINGO D'ÁGUA-CEARÁ

Women's activities at the Local Production Arrangement (LPA) of "drop of water" in Quixeramobim, Ceará- Brazil

Elda Fontinele Tahim

Engenheira de Pesca. Doutora em Economia pelo Instituto de Economia IE (UFRJ). Professora do Instituto CENTEC e do Programa de Pós-graduação em Administração de Empresas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). R. Silva Jardim, 515, José Bonifácio. Fortaleza, Ceará. CEP 60040-260. fontineletahim@gmail.com

Ezequiel Alves Lobo

Administrador. Doutorando e Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual do Ceará (PPGA-UECE) e Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). R. Min. Antônio Coelho - São Benedito, Ceará. CEP 62370-000. ezequiellobo2013@gmail.com

Francisca Ilmar de Sousa

Cientista Social. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora do Centro Universitário Maurício de Nassau. Av. Dr. Silas Munguba, 613 - Parangaba, Fortaleza - CE, 60740-020. ilnars1313@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a participação das mulheres como agentes do arranjo produtivo local Pingo d'água, localizado no município de Quixeramobim-CE, no nordeste do Brasil, procurando avaliar o perfil das relações socioeconômicas do seu trabalho enquanto ação coletiva, além das atividades assumidas no contexto do APL. Para tanto, a investigação foi realizada com base em pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas. Observou-se que grande parte das mulheres desempenham papéis semelhantes aos já apresentados em vários estudos sobre gênero, quanto à questão da invisibilidade do seu trabalho. No entanto, um grupo de mulheres se destacou neste cenário pela participação ativa no arranjo como produtoras de hortaliças, tornando-se reconhecidas por desenvolverem atividade rentável, a partir do momento em que foi gerado um valor econômico e social para elas. Outro fator que chama a atenção para este grupo de produtoras de hortaliças é a forma de ação coletiva desenvolvida por elas, que indica forte coesão e solidariedade.

Palavras-chave: arranjo produtivo local; mulheres; empoderamento; pingo d'Água.

Abstract: This article aims to analyze the participation of women as agents of the local productive arrangement Pingo D'água, located in the municipality of Quixeramobim-CE, in the northeast of Brazil, seeking to evaluate the profile of the socioeconomic relations of their work as a collective action, in addition to the activities undertaken in the context of the APL. Therefore, the investigation was carried out based on field research, through semi-structured interviews. It was observed that most women play a role similar to those already presented in several studies on gender, regarding the issue of the invisibility of their work. However, a group of women stood out in this scenario for their active participation in the arrangement as vegetable producers, becoming recognized for developing profitable activity, from the moment that an economic and social value was generated for them. Another factor that draws attention to this group of vegetable producers is the form of collective action developed by them, which indicates strong cohesion and solidarity.

Keywords: local productive arrangement; women; empowerment; water drop.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 INTRODUÇÃO

O Arranjo Produtivo Local (APL) Pingo d'água, refere-se a uma concentração de trinta pequenos produtores agrícolas familiares que desenvolvem agricultura irrigada para a produção de frutas e hortaliças, além de atividades complementares como a agricultura de sequeiro, pecuária bovina e ovinocaprinocultura em pequena escala, no município de Quixeramobim, Ceará, no nordeste do Brasil.

Um grupo de mulheres tem uma presença marcante no APL Pingo d'Água, tanto no desenvolvimento das atividades agrícolas, produção de hortaliças, como no beneficiamento de frutas e leite. Essas atividades, particularmente o beneficiamento de frutas e leite para produção de doces e outros derivados, exigem relativamente à maior proporção da força de trabalho feminino, possibilitando mudanças na estrutura socioeconômica da família e de seu papel na localidade.

O Projeto Pingo d'água deu origem ao APL, que surgiu da parceria entre a Prefeitura de Quixeramobim, a Universidade Estadual do Ceará e as Universidades Francesas École National d'Ingénieurs des Techniques de Horticulture et du Paysage (ENITHP) e Université François Rabelais (UFR), e também da mobilização de líderes comunitários. Essas instituições deram apoio técnico e treinamento especializado para a adoção de novos conhecimentos tecnológicos hídricos e assistência técnica na implantação do processo produtivo, tendo por base a agricultura irrigada para a produção de hortaliças e frutas em pequena escala como complemento da renda familiar (Teixeira; Mayorga; Amaral Filho, 2007; Adece, 2022). Cabe ressaltar que esse projeto somente obteve sucesso pela boa vontade dos agentes locais, inclusive das organizações de produtores, dentre elas as das mulheres, que sempre lutaram por melhores condições de trabalho na agricultura como a busca por água, energia elétrica e outros incentivos à produção.

São poucos os estudos que exploram a participação das mulheres em ações coletivas (grupos informais, associações e cooperativas) em suas diferentes formas, tendo como foco a organização produtiva e as atividades econômicas que mostrem os sucessos ou fracassos destas ações na promoção da autonomia econômica de mulheres rurais, dando-lhes maior visibilidade. Estudos como de Borgonha e Borgonha (2008) fazem isto só que no contexto da pesca artesanal, já Correa-Silva e Gonçalves (2020) realizam uma revisão sistemática da literatura sobre a atuação profissional das mulheres, mas, de forma genérica e Rocha (2017) e Spanevello *et al.* (2019) abordam as questões de gênero no âmbito rural, só que no contexto do Amazonas e Rio Grande do Sul respectivamente.

Do mesmo modo, não se verifica ainda uma análise que faça referência as mulheres como agentes importantes no fortalecimento dos APLs. Embora alguns estudos como o de Duflo (2012) e Cavenaghi e Diniz (2018) apontem que existe uma relação positiva entre autonomia feminina e desenvolvimento econômico, nenhum deles analisa a atuação das mulheres no contexto dos APL.

Diante disto, o objetivo deste artigo é analisar a participação de um grupo de mulheres, como agentes do APL Pingo d'água, procurando avaliar o perfil das relações socioeconômicas do seu trabalho enquanto ação coletiva, além do papel assumido na reprodução da unidade produtiva. O APL Pingo d'Água é um exemplo de que a agricultura familiar pode ser modernizada, deixando de ser de subsistência e pouco produtiva para se tornar inovativa, tanto em termos organizacionais como de processos de produção, integrando-se ao mercado (Amaral Filho, 2006).

O artigo apresenta alguns resultados de uma investigação mais ampla sobre o APL Pingo d'Água e está organizado em sete seções, incluindo a presente introdução. Na segunda e terceira seção, faz-se discussão sobre a invisibilidade da participação da mulher em atividades produtivas no meio rural e sobre as organizações produtivas de mulheres e suas vantagens. Na quarta seção, trata-se da metodologia. Na quinta seção, discute-se as características do APL Pingo d'Água e sua localização. Nas seções seis e sete, faz-se discussão dos resultados, destacando as características socioeconômicas das mulheres do APL Pingo d'Água e as formas de organização destas mulheres. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

2 CONCEITO DE APL E INVISIBILIDADE DAS MULHERES

Os APL fazem referência a um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, atuando tanto nos setores primário, secundário e no terciário, podendo apresentar vínculos formais ou informais ao desempenharem atividades de produção e inovação. São compostos por empresas produtoras ou produtores informais de bens e serviços finais, fornecedores de equipamentos, distribuidoras e comercializadoras, organizações voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, a pesquisa, dentre outras organizações de promoção, financiamento e órgãos de representação. (Cassiolato; Lastres, 2008).

No contexto brasileiro, conforme ressalta Matos *et al.* (2015) o conceito de APL foi criado e também desenvolvido pela RedSist no final da década de 90 e se disseminou rapidamente no ensino, na pesquisa e na política. Na essência, o conceito de APL é uma combinação da escola estruturalista latino-americano e da perspectiva neo-scumpeteriana dos sistemas de inovação e que tem como objetivo captar especificidades estruturais Brasileiras, assim como, criar mecanismos de respostas para os sistemas de produção e desenvolvimento. Este aspecto, pode ser comprovado pelo nome “local” no conceito e aponta para atividades produtivas e inovativas que são diferenciadas dentro de uma lógica espacial e temporal.

Na medida em que o conceito de APL foi sendo difundido, outros organismos multilaterais com destaque para Banco Mundial, deram enfoque aos APLs que ganharam ainda mais relevância. O Banco Mundial inseriu esta abordagem na sua política de desenvolvimento para os países que obtêm financiamento e passou a disseminá-la nos seus projetos, indo além da sua missão de simples financiador (Fernandes; De Jesus, 2021). Diversos outros bancos e instituições também assumiram a mesma postura, a exemplo, podemos citar o Banco do Nordeste que atua neste sentido, com o objetivo de contribuir para a cooperação nos elos das cadeias produtivas regionais, gerando crescimento econômico, distribuição de renda, maior inclusão social e eliminação da pobreza com foco na região nordeste do Brasil (Observatório Apl, 2022)

Em um APL bem estruturado, todas as dimensões de empoderamento (econômico, de melhoria e bem-estar, político e social) descritas por Silva, Ponciano e Souza (2021), as quais serão discutidas a seguir, devem estar presentes, dada a sua complexidade sistêmica ao estabelecer relações entre os agentes produtivos locais e articulação com distintas instituições, gerando vínculos e sinergias capazes de promover as capacitações produtivas e inovativas, melhorando a competitividade dos produtores locais e, conseqüentemente, o desenvolvimento local. Uma vez que, embora os APLs, embora sejam percebidos como forma de organização econômica associada a uma atividade específica, o território e as relações de natureza social também, apresentam um papel fundamental.

Essas relações são marcadas pela história, traduzidas em memórias coletivas, valores culturais e de certo capital cognitivo, oriundos das experiências compartilhadas e também de reciprocidade, fruto das relações de amizade ou de formas de relacionamento comunitário (Bourlegat; Falcón, 2017). Não só o fortalecimento da atividade econômica, mas principalmente, os vínculos de natureza social e enraizamento territorial são fatores fundamentais para o sucesso de um APL.

Nesse contexto, França *et al.* (2012) destacam a importância das mulheres na construção/manutenção do território, em que as ações desenvolvidas por elas devem ser refletidas como manifestações de uma cidadania ativa, principalmente quando se constata que as desigualdades sociais também podem ser verificadas no território. No entanto, a atuação das mulheres, seja como ativistas, seja como trabalhadoras no meio rural, tem passado despercebida, o que acentua a necessidade de discussões dessa natureza afim de ampliar a visão em estudos na temática.

2.1 A invisibilidade da participação da mulher em atividades agrícolas

Desde a década de 1960, com as transformações ocorridas no campo ocasionadas pelos processos de modernização e industrialização da agropecuária brasileira, as estruturas socioprodu-

tivas se tornaram muito complexas, redefinindo o papel dos seus agentes, surgindo inclusive o questionamento do papel feminino no mundo rural. Considera-se como contexto a percepção que as mulheres tinham de seu trabalho como líderes domésticas, e suas atividades produtivas não expressas em termos monetários, que as tornavam esquecidas e desvalorizadas pela sociedade (Melo; Sabbato, 2006). Desse modo, a questão da invisibilidade do trabalho feminino no campo é caracterizada pelo elevado número de mulheres com atividades produtivas ligadas à agropecuária e sem remuneração. Dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2023) corroboram com esta afirmação, pois, no que diz respeito ao sexo da pessoa que dirige e administra o estabelecimento, 4.125.929 são homens e apenas 947.395 formalmente são mulheres.

A participação das mulheres da área rural em atividades produtivas, vem ganhando destaque e legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, especialmente depois da criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. O tema passou a ser utilizado com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. Outro fator relevante está associado à integração da dimensão de gênero nas estatísticas agrícolas.

Nesse contexto, Mourão (2011) e Butto (2010) ressaltam as principais políticas para as mulheres implementadas desde a criação dessa secretaria, em que o governo federal passou a reconhecer as desigualdades de gênero no meio rural, permitindo a implantação de políticas de ação afirmativa, que corrigissem a significativa assimetria entre homens e mulheres, principalmente no meio rural. Assim, um conjunto de políticas públicas de apoio às mulheres rurais foi elaborado, possibilitando a inclusão destas como beneficiárias diretas, ao afirmar o seu protagonismo e promovendo sua autonomia econômica para a promoção da redução das desigualdades de gênero, em particular no meio rural.

Dentre essas políticas, destaca-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passou a ampliar a participação das mulheres por meio da Declaração de Aptidão, que confere a obrigatoriedade da titularidade em nome do casal, e a criação do Pronaf Mulher, que se refere a uma linha de crédito para estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária.

Com isso, o papel da mulher no meio rural passou a ter maior visibilidade, contribuindo para a diversificação da renda familiar, causando impacto na economia informal ligada às atividades agrícolas e pesqueiras no país. Esse fato foi constatado por alguns estudiosos, entre eles Borgonha e Borgonha (2008), Cavalcanti (2008) e Correa-Silva e Gonçalves (2020), os quais ressaltam a redefinição de papéis sociais com a ascensão da mulher, como agente produtora no segmento pesqueiro e agrícola que, nos últimos anos, vem se estendendo por toda a cadeia produtiva desse segmento, passando da dependência à complementaridade, representando uma significativa mudança na questão da desigualdade de gênero.

Apesar dos avanços, Rodrigues, Medeiros e Benjamim (2021) ressaltam que ainda é um desafio reconhecer as múltiplas atividades desenvolvidas por mulheres no meio rural e que se percebe um número elevado de mulheres caracterizadas como trabalhadoras sem remuneração. Da mesma forma, autores como Rocha (2017), Vitelli (2012), Spanevello *et al.* (2019), Vidal (2011) e Mourão (2011), destacam o papel da mulher na divisão sexual do trabalho e suas particularidades no setor agrícola rural e industrial. Vidal (2011), por exemplo, ao caracterizar a diversidade do trabalho feminino no manejo agropecuário de unidades produtivas em comunidades rurais, situadas no Ceará, para melhor compreender a participação da mulher na formação da riqueza rural, observou a diversidade do trabalho agropecuário feminino nessas comunidades rurais, destacando a concentração da força de trabalho da mulher na produção de carne, ovos de aves, carne de suínos, hortícolas, frutas e em trabalhos administrativos da unidade familiar de produção rural.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2019), apesar dos avanços obtidos, a verdadeira contribuição da mulher em atividades econômicas agrícolas e sua participação na segurança alimentar da família é muitas vezes subestimada. O ingresso da mulher como força de trabalho no grupo familiar é, geralmente, considerado como ajuda ou complemento ao trabalho masculino. No entanto, as mulheres, muitas vezes, atuam como agentes centrais em parte das unidades produtivas familiares, praticando a pluriatividade, combinação de atividades agrícolas e não agrícolas para a diversificação da renda familiar (Simioni; Hoff; Silva, 2016; Fao, 2019).

Dados da FAO de (2019) indicam que, em média, 45% das mulheres economicamente ativas em países em desenvolvimento como o Brasil trabalham na agricultura. Já em países da África e da Ásia, este número chega a 60%. Esse fato é observado no Brasil, em especial na região semi-árida do Nordeste, onde as mulheres são as grandes responsáveis pela produção de alimentos de subsistência proveniente da agricultura familiar. Apesar dessa participação, Sousa *et al.* (2006) ressaltam que grande parte das mulheres que trabalham na agricultura familiar brasileira não são remuneradas, tendo como hipótese sua invisibilidade e a não identidade, ou seja, o não reconhecimento como sujeitos ativos dos processos de produção agrícola.

Já informações do IBGE, para o ano de 2020, indicam que 47,5% da população residente no campo no Brasil são mulheres. Sendo que 50,3% são economicamente ativas. No entanto, desse total, cerca de 81% das mulheres envolvidas na atividade agrícola familiar não recebem nenhuma remuneração pelo seu trabalho. Isso acontece, muitas vezes, devido ao contexto e às características do meio rural, a produção para autoconsumo é percebida como extensão do trabalho doméstico, ou seja, é considerada como não trabalho na sua totalidade (Barrajas *et al.*, 2016). Neste caso, o trabalho da mulher é considerado uma ajuda no processo produtivo, porque a percepção que se tem é a de que elas trabalham eventualmente e dedicam poucas horas às atividades agrícolas, devido seus afazeres domésticos. Esse fato reforça a ideia de que as atividades agrícolas são de responsabilidade do homem, não sendo reconhecido que o trabalho desenvolvido pelas mulheres gera valor econômico e social para elas. Esse aspecto dificulta a participação das mulheres em atividades remuneradas, que naturalmente são destinadas aos homens (Brumer; Spanevello, 2012; Spanevello *et al.*, 2019).

Desse modo, a invisibilidade do trabalho da mulher nas atividades agrícolas está relacionada ao fato de que essas atividades consistem sobretudo em fornecer cuidados e não a se consagrar à economia de mercado (Telles *et al.*, 2018; Moraes, 2020). Langbecker (2016) pontua nesse sentido, que a presença da divisão sexual do trabalho é considerada normal entre as mulheres, significando de certa forma que essa desvalorização do trabalho feminino é mantida pelas próprias famílias inseridas no mundo rural, em que apenas os homens são criados para a manutenção econômica da família.

Para Sousa *et al.* (2008), o não reconhecimento da mulher como produtora agrícola resulta na desvalorização de sua capacidade produtiva, assim como sua integração a programas de agricultura familiar. Esses autores ressaltam ainda que muitos desses programas deixam clara a prática da divisão sexual do trabalho, por não incluir as mulheres como produtoras agrícolas familiares na lista dos beneficiados.

Por outro lado, o aumento da eficácia das estratégias de desenvolvimento agrícola é fundamental para estabelecer uma distinção entre os papéis, as exigências e as prioridades dos homens e das mulheres. Esse reconhecimento é crucial para compreender as desigualdades de gênero e garantir sua inserção nas estatísticas agrícolas e rurais, além do desenvolvimento de programas voltados para o contexto rural. Entretanto, muitos estudos mostram o contrário, dentre eles o de Silva e Schneider (2010) e Langbecker e Perleberg (2014), que demonstram o quanto as mulheres trabalham o ano inteiro, de segunda a domingo, em atividades associadas, direta e indiretamente, à agropecuária, que vão desde a produção agrícola, principalmente na colheita, criação de animais, processamento de produtos derivados dessa atividade até sua comercialização.

Um outro aspecto relevante, é que o quinto objetivo para o desenvolvimento sustentável no Brasil que faz parte da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelece a igualdade de gênero, o que visa também, a autonomia econômica e social das mulheres rurais, permitindo que passem da produção de subsistência e sem remuneração para uma produção orientada para o mercado com igualdade e reconhecimento. Neste sentido, é necessário viabilizar o trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas também em outros setores, uma vez que é considerado por muitos com uma espécie de ajuda, e não como uma contribuição econômica importante na produção agrícola. Essa visibilidade passa a ser melhor percebida quando as mulheres se organizam, desempenhando ações coletivas que são fundamentais para aquisição de novos conhecimentos e habilidades, aumento do capital social e conseqüentemente, o reconhecimento do seu trabalho, a geração de renda e a melhoria da autoestima. Por outro lado, estudos como os de Duflo (2012) e Diniz e Cavenaghi (2018) apontam a importância da autonomia feminina para o desenvolvimento, principalmente, quando demonstram que há uma relação positiva entre empoderamento e desenvolvimento, sendo que um reforça o outro.

Diniz e Cavenaghi (2018) ressaltam que a origem da desigualdade entre homens e mulheres é histórica na nossa sociedade, estando diretamente relacionada com a forma de se visualizar o papel da mulher nas instituições políticas, sociais e culturais do País. Para esses autores, ainda que hoje se fale de empoderamento das mulheres como forma de superar as desigualdades entre os sexos, há muito o que ser feito, a começar pela questão do trabalho em que as mulheres continuam trabalhando mais que os homens e recebendo bem menos.

Silva, Ponciano E Souza (2021) investigam três dimensões analíticas com relação ao empoderamento: 1. Econômico e de melhoria de bem-estar, relacionado ao acesso das mulheres ao microcrédito, que pode possibilitar o desenvolvimento de atividade produtiva que aumente a renda e seu controle sobre ela e, também, alcançar a autonomia financeira e melhoria na qualidade de vida; 2. Político, que se refere à capacidade de mudança e questionamento a respeito da submissão da mulher em todas as instâncias em que ela se manifesta, além da capacidade de desenvolver habilidades para a mobilização e organização para promover as mudanças sociais que podem ocorrer por meio da participação das mulheres em grupos com objetivos comuns; e 3. Social, que possibilite a construção de capacidades coletivas pelo reconhecimento e fortalecimento de identidade e pela dinamização e construção do tecido social localmente. O empoderamento nessas dimensões pressupõe, então, que as mulheres consigam ampliar sua participação em todas as esferas econômicas, políticas, educacionais e possam também superar as condições de desigualdade em que as mulheres do campo vivem atualmente (Spanevello *et al.*, 2019).

2.2 As organizações produtivas de mulheres

Nas últimas décadas, com o intuito de tentar diminuir a situação de desigualdade e da inviabilidade do trabalho feminino, diversos estudos e diagnósticos evidenciam que as mulheres no meio rural têm protagonizado formas coletivas de organização da produção (Mourão, 2011; Sanar, 2019; Rubin; Manfre; Barret, 2009; Herrera; Biroch, 2015; Bruno *et al.*, 2011). Tais estudos têm mostrado que produtores e produtoras organizados em diferentes formas de ação coletiva, que vão desde grupos informais, até associações e cooperativas, são mais eficientes, apresentam maiores capacitações produtivas e inovativas, além de também serem mais competitivos e conseguirem melhores oportunidades de participar, de forma mais eficiente, de novos mercados, além de terem acesso com mais facilidade na obtenção de financiamentos e maior poder de barganha.

De acordo com Mourão (2011) a participação das mulheres em grupos informais, associações e cooperativas pode ser marcada também pela divisão sexual do trabalho. A autora afirma ainda que, de um modo geral, as mulheres procuram participar de redes sociais mais localizadas e grupos voltados para questões sociais e de cidadania. Já os homens se articulam em torno de grupos mais orientados para a produção. As mulheres se organizam, principalmente, em torno de grupos

produtivos informais que podem ser grupos articulados no interior das organizações consideradas mistas, ou pela formação de grupos autônomos compostos exclusivamente por mulheres (Mourão, 2011). No entanto, observa-se que muitas mulheres, na área rural, têm participado de grupos, geralmente informais, voltados à atividades produtivas como produção agrícola (produção de hortícolas) ou pecuária (produção de pequenos animais), comercialização dos produtos, bem como, outras atividades ligadas a processamento de produtos (agroindústrias caseiras), extrativismo e serviços como turismo rural.

No entanto, Pandolfelli, Meinen-Dick e Dohrn (2008) ressaltam que a participação de homens e mulheres em ação coletiva depende de suas referências e interesses específicos e da maneira como eles percebem as oportunidades. A participação de mulheres em grupos organizados tem demonstrado claros benefícios para elas em termos de ativos crescentes, renda e ganhos no controle sobre os processos de decisão que podem afetar suas vidas (Hilhorst; Wennink, 2010). Os autores afirmam ainda que as mulheres desfrutam de importantes vantagens oriundas de sua associação em grupo, tais como ganhos econômicos provenientes de comercialização coletiva, do agro-processamento, ou do fornecimento de insumos que podem afetar a relação de gênero.

Outro fator bastante abordado em estudos acerca da ação coletiva (grupos organizados) é a relação de confiança, reciprocidade entre os indivíduos do grupo e conseqüente formação de capital social que passa a distinguir o seu desempenho, permitindo a mobilização coletiva e a maximização dos recursos individuais existentes, facilitando a otimização do uso de recursos socioeconômicos e humanos disponíveis. Nesse contexto, Hilhorst e Wennink (2010) afirmam que a ação coletiva pode ser um meio poderoso para as mulheres aumentarem seu capital social, construindo diferentes tipos de interno e externo de capital social, solidariedade, poder de negociação, bem como, a aquisição de experiência com a tomada de decisão democrática e liderança.

Para Mourão (2011), a participação das mulheres rurais em grupos de produção, organizações e movimentos de mulheres suscitou discussões sobre sua própria situação e o que se passa em seu entorno. Com a ampliação de suas bases organizativas, as mulheres rurais participam do movimento rural, criando núcleos de associações de mulheres e associações legais, desenvolvendo experiências produtivas, que promovem a superação da invisibilidade, da discriminação e do seu reconhecimento enquanto sujeito político. Assim, a pesquisa parte do princípio de que as mudanças e transformações ocorridas no meio rural nas últimas décadas, provocaram um rearranjo nas unidades produtivas de base familiar em que as mulheres ganharam destaque, uma vez que realizam múltiplas atividades produtivas, geralmente em ação coletiva entre elas as relacionadas com a produção agrícola.

3 METODOLOGIA

Para o estudo da participação de um grupo de mulheres no APL Pingo d'Água, fez-se uma pesquisa exploratória descritiva com base em uma abordagem qualitativa-quantitativa, delineando-se como um estudo de caso em que se consideram, particularmente, a descrição e a compreensão dos fenômenos sociais complexos, por meio das relações de fatores em um contexto social selecionado (Eisenhardt; Graebner, 2007; Gerring, 2017). Além disso, o estudo de caso permite lidar com múltiplas fontes de evidências, tais como documentos, entrevistas, observações, questionário etc. (Vergara, 2009; Yin, 2015).

As informações foram obtidas por levantamento de dados primários com visitas *in locus* que ocorreram em 2020 nas áreas produtivas onde as mulheres trabalham e foram coletadas por meio de questionário e entrevistas semiestruturadas. A amostra foi não probabilista, considerando a acessibilidade. Foram aplicados questionários a 27 pessoas, representando 65% do total de mulheres residentes na área que estão envolvidas com atividades econômicas ligadas ao APL.

No entanto, um grupo de seis mulheres se destacaram, pois, estavam diretamente ligadas as atividades de produção e beneficiamento de produtos e com este grupo foram realizadas entrevistas semiestruturadas que duraram em média 50 minutos visando captar maiores informações. Todas as mulheres que participaram da pesquisa residem no Vale do Riacho da Forquilha, município de Quixeramobim, onde está localizado o APL Pingo d'Água.

Para a análise dos dados, foi utilizada a técnica indicada por Miles, Huberman e Saldanã (2014) que compreende e organiza os dados em três etapas: *Data condensation*, fase em que os dados mais relevantes são selecionados com o objetivo de encontrar padrões de repetição, para posterior consolidação e compreensão dos resultados; *Data Display*, etapa em que os dados selecionados na fase anterior são compactados por repetição, podendo ser apresentados em tabelas, matrizes, gráficos para uma melhor visualização; e por último, a etapa de *Drawing and Verifying Conclusions*, na mesma com base nas fases anteriores o autor chega a conclusões e realiza inferências dos resultados.

Figura 1 – Fluxo de tratamento dos dados



Fonte: Lobo, Tahim e Câmara (2022).

Somando-se a isso, também foi empregada a análise de conteúdo indicada por Bardin (2011) que se caracteriza por tentar compreender as formas de comunicações para além dos seus significados imediatos, que enriquece a tentativa exploratória e análise sistemática de todas as formas de expressão, formais e informais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta os resultados do estudo decorrentes da análise dos dados. Inicialmente, realiza-se uma caracterização do APL Pingo d'Água e de sua localização. Em seguida, apresenta-se a caracterização socioeconômica das mulheres entrevistadas no APL Pingo d'Água. Por fim, a última parte trata especificamente do grupo de mulheres produtoras do APL.

4.1 Localização e caracterização do APL Pingo d'água

O APL Pingo d'água está localizado no Vale do Riacho da Forquilha, município de Quixeramobim, no território do Sertão Central do Ceará, distante de Fortaleza cerca de 210 km (Figura 1). O município está inserido na região semiárida e conta com 78.502 habitantes, dos quais em torno de 60,4% estão na zona urbana e 39,6% na zona rural, conforme prévia do censo do IBGE (IBGE, 2022). Dentre as atividades da agropecuária de maior relevância no município estão a produção de leite, considerada a maior bacia leiteira do Ceará e a agricultura de sequeiro¹ (milho, feijão, mandioca e algodão).

¹ Modalidade agrícola que visa atingir eficiência em terras áridas através da escolha de espécies de cultivo, que não necessitem de constante irrigação, podendo suportar os períodos de estiagem que ocorrem entre uma chuva e outra (CBHSF, 2015)

Figura 2 - Localização do município de Quixeramobim, Ceará



Fonte: SEDET, 2022.

O Vale do Riacho da Forquilha se estende por trinta quilômetros de extensão onde habitam aproximadamente 800 famílias, e ao longo de sua extensão há 17 comunidades de pequenos produtores rurais, dentre elas as Comunidades de São Bento, Várzea do Meio e Forquilha que concentram o maior número de pequenos produtores rurais com produção irrigada.

Contudo, a região do Vale do Riacho da Forquilha era tradicionalmente explorada pelas chamadas culturas de sequeiro, além da pecuária de base familiar. As comunidades ao longo do Vale enfrentavam sérios problemas com a falta de água para consumo humano e animal e dependiam muitas vezes de carros-pipa. Além disso, os pequenos agricultores enfrentavam a baixa produtividade das culturas tradicionais por ficarem na dependência das chuvas na região.

No entanto, as famílias residentes ao longo do Vale passaram a viver uma realidade diferente com a implantação, a partir de 1998, do Projeto Pingo d'água mediante convênio de cooperação firmado entre a École National d'Ingénieurs des Techniques de Horticulture et du Paysage (ENITHP) e a Université François Rabelais (UFR), a Prefeitura de Quixeramobim, Ceará e a Universidade Estadual do Ceará (UECE). Estas tinham inicialmente, o objetivo de propiciar o acesso à água de boa qualidade às comunidades rurais, utilizando tecnologia simples de perfuração de poços tubulares rasos nas áreas de aluvião. Esse tipo de tecnologia era utilizado em regiões litorâneas e foi adaptado para a região do vale (Teixeira; Mayorga; Amaral Filho, 2007; SEDET, 2022).

Jacob e Brandão (2006) afirmam que ao analisar a qualidade da água e a vazão dos poços perfurados, a equipe do Projeto verificou que os poços tinham potencialidades para ir além do abastecimento de água para consumo; poderiam servir para implantação de produção de fruticultura irrigada, gerando novas fontes de renda para as famílias das comunidades beneficiadas. Nesse caso, o poço foi considerado pelos autores mais do que uma tecnologia; concluíram que ele foi uma forma de promover o desenvolvimento do local, a partir da economia e das relações entre os membros da região.

Segundo Amaral Filho (2004), o nome Pingo d'água pode estar associado tanto ao método de exploração de poços rasos, em decorrência da pequena quantidade de água armazenada nas terras de aluvião, quanto ao de irrigação realizado por gotejamento de água conduzida por tubos de plástico que passam entre as plantações.

O APL Pingo d'Água é formado por pequenos produtores agrícolas, e também por mulheres que estão envolvidas nas atividades agropecuárias com destaque para a agricultura irrigada e a criação de bovinos e ovinocaprinocultura em pequena escala. Os produtos gerados pela agricultura irrigada são: mamão, goiaba, melão, pimentão, maracujá, tomate e hortaliças, como o coentro.

O APL possui uma área total plantada de 53,5 ha com uma área média de 1,6 ha por agricultor. A produção de maior destaque é o pimentão, tomate, mamão e maracujá, apresentando respectivamente uma produção de 3.650 caixas/ano, 9.840 caixas/ano, 12.703 caixas/ano e 3.465 caixas/ano, das quais 45% são destinados aos mercados locais como feiras, supermercados e programa da merenda escolar, e 55% a mercados regionais, ou seja, supermercados de municípios vizinhos e para as Centrais de Abastecimento do Ceará S/A (CEASA), em Fortaleza (Dados da Pesquisa, 2020).

Os pequenos agricultores estão organizados em associação de produtores, em diversas comunidades participantes do APL, e são responsáveis pela organização e planejamento da produção, programação de época de plantio, contratação de assistência técnica e comercialização, além de cuidar da capacitação e da orientação aos produtores na busca de fomento. Cabe ressaltar que quase todos os produtores são beneficiados com o Pronaf via Banco do Nordeste e operam com o aval solidário. Os produtores receberam também investimentos diretos de órgãos do governo municipal e estadual para o atendimento a demandas específicas.

Ao analisar os elementos inovadores que contribuíram para o sucesso do APL Pingo d'Água, inicialmente, atribui-se esse sucesso à implantação da tecnologia de perfuração de poços. No entanto, observa-se que essa tecnologia extremamente simples, por sinal, não é a principal referência, mas sim a mudança de mentalidade das pessoas, conforme já ressaltava Schommer, (2002). Por outro lado, Pinto *et al.* (2019) e Jacob e Brandão (2006) afirmam que com relação ao desenvolvimento da agricultura irrigada, considera-se inovadora a formação da rede que possa garantir sustentabilidade, e que a inovação, no caso desse APL, está no processo de construção da rede e no desenvolvimento gradativo de estratégias próprias para cada etapa da cadeia produtiva. Já Amaral Filho (2006), em sua pesquisa sobre o APL no contexto inicial da instalação dos poços, já mostrava a existência de um quadro de intensa inovação que vai desde o projeto de engenharia dos equipamentos de perfuração dos poços, até a mudança radical do padrão do processo produtivo, bem como da cesta de produtos novos para os produtores locais, que passaram a produzir frutas e a conquistar novos mercados.

Porém, o sucesso do APL Pingo d'Água está na articulação e parcerias firmadas entre diversos agentes, tendo como gestores do processo de implantação do projeto a Prefeitura de Quixeramobim, que tomou a iniciativa, e as associações comunitárias locais (Comunidade de São Bento) e de produtores do Vale do Forquilha (Embrapa, 2020), quais se insere um grupo informal de mulheres no processo produtivo.

4.2 Caracterização socioeconômica das mulheres entrevistadas no APL Pingo d'água

Por meio de pesquisa de campo, avaliou-se a situação socioeconômica de mulheres que, direta ou indiretamente, estão ligadas a atividades produtivas no APL Pingo d'Água, destacando-se algumas características que serão discutidas adiante.

Quando se analisa o estado civil das mulheres entrevistadas que estão de alguma forma ligadas às atividades agrícolas do APL Pingo d'água, percebe-se que a maioria delas são casadas (66,7%) e afirmam permanecer na localidade por esse motivo; enquanto 18% são solteiras, e moram com os pais sendo dependentes destes, mas, estão livres para desempenhar outras atividades que não somente as agrícolas. De acordo com as entrevistadas, algumas delas, em especial as mais jovens, têm a pretensão de migrar para outros municípios em busca de trabalho, por não terem nenhum interesse nas atividades agrícolas. Entretanto, observou-se, nas pequenas fábricas de processamento

de leite e frutos, a presença de algumas jovens, contudo, trabalhando na informalidade que - para elas, conforme ressalta a entrevistada X, o trabalho é um “bico, porque o pagamento é muito baixo”. Esse fato também foi percebido por outros pesquisadores como Brumer e Spanevello (2012) e Spanevello *et al.* (2019) que destacam a tendência do êxodo entre mulheres mais jovens, pois elas preferem dar continuidade nos estudos nas cidades ou procurar empregos assalariados na busca de maior autonomia, podendo inclusive refletir nas dificuldades em constituição de novas famílias no campo com a diminuição de mulheres no meio rural. Esses autores apontam ainda como causa a divisão social do trabalho, caracterizada pela invisibilidade do trabalho executado por essas jovens, além das tradições que priorizam os homens em trabalhos especializados, como gestor, comercialização da produção, herança etc, contribuindo com a exclusão de mulheres nestas atividades, resultando em baixa autonomia. No entanto, por elas estarem inseridas em um APL considerado dinâmico para a região, esperava-se que elas tivessem maiores oportunidades mesmo que nas atividades agrícolas e de transformação.

Quando se analisa o nível de escolaridade das mulheres, conforme Tabela 1, nenhuma delas é totalmente analfabeta, tendo a maioria o ensino fundamental incompleto (40,7%). O restante, 25,9% tem o ensino fundamental completo, 11,1% tem o ensino médio incompleto, e 18,5% delas completaram o ensino médio.

Tabela 1 – Grau de escolaridade das mulheres entrevistadas no APL Pingo d’água

Grau de escolaridade	Nº	%
Fundamental completo	7	25,9
Fundamental incompleto	11	40,7
Médio completo	5	18,5
Médio incompleto	3	11,1
Superior completo	0	0,0
Superior incompleto	1	3,7
Total	27	100,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2020).

As mulheres mais jovens e solteiras estão entre as que têm maior nível de ensino, pois elas têm melhores oportunidades quando comparadas às mulheres mais velhas. De acordo com a entrevistada Y, a líder do grupo de mulheres, “era quase impossível, uma agricultora ou filha de agricultor terminar os estudos (ensino médio), na época em que a gente era mais nova, pois, muitas vezes, a gente era tirada da escola para ajudar na roça, e a escola que existia era muito longe”. Diniz e Cavenaghi (2018), em seus estudos sobre igualdade de gênero, afirmam que com o passar do tempo a educação média tende a aumentar no Brasil, e que as gerações mais novas apresentam escolaridades maiores do que as gerações mais idosas, refletindo um maior grau de cobertura que aconteceu nas duas últimas décadas.

A escolaridade mais elevada tem permitido a alguma delas desenvolver outras atividades que não necessariamente ligadas a atividades agrícolas. Uma das características marcantes de qualquer APL está relacionada à escolaridade do pessoal ocupado no setor produtivo, porquanto a qualificação dos recursos humanos é um dos principais fatores que contribuem para capacidade produtiva e inovativa e, conseqüentemente, para o dinamismo e competitividade desses APLs, especialmente quando se levam em conta os processos de aprendizado e inovação local, em que a escolaridade tem um papel preponderante. Portanto, a característica da mão-de-obra das mulheres, quanto à escolaridade, dificulta de certa forma estes processos. Em todo caso, muitos dos conhecimentos e experiências adquiridos por elas estão fundamentalmente relacionados ao aprendizado informal baseado no *learn by doing* (Takeuchi; Nonaka, 2008).

Com relação à idade das mulheres que compõem a amostra, verificou-se que há uma forte concentração de mulheres em duas faixas etárias: entre trinta e quarenta e outra entre quarenta

e cinquenta anos, sendo que na primeira, foram encontrados 33,3% das mulheres, e na segunda, 25,9%, tendo menor relevância as faixas etárias de até vinte anos e acima de cinquenta anos. O número de mulheres jovens é relativamente elevado, apesar de se tratar de uma região de ocupação antiga, localizada no semiárido e marcada por forte emigração da população nessa faixa etária. No entanto, observou-se que na região os homens costumam migrar mais em busca de oportunidades do que as mulheres, apesar de se observar na fala de uma delas, a entrevistada Z que preferia ir para outros municípios, onde pudesse “conseguir um emprego com carteira assinada”, verificando-se uma propensão das mulheres mais jovens para migrarem. Embora outros estudos, como os de Brumer e Spanevello (2012) e Spanevello *et al.* (2019), mostrem que o número de mulheres mais jovens vem diminuindo no campo, sendo essa atualmente a tendência do êxodo rural, não sendo possível comprovar isso neste estudo.

Tabela 2 – Faixa etária das mulheres entrevistadas no APL

Idade	Nº	%
Até 20	2	7,41
Entre 21 e 30 anos	4	14,81
Entre 31 e 40 anos	9	33,33
Entre 41 e 50 anos	7	25,93
Acima de 50	5	18,52
Total	27	100,00

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2020).

Quanto à propriedade da terra, a maioria das mulheres mora em suas próprias terras (74,1% são proprietárias) que apresentam tamanhos variados, mas em média as propriedades estão em torno de 1,6 ha. O que corrobora com as informações do SIDRA (2017) em que cerca de 80% dos agricultores são proprietários das terras onde desempenham suas atividades. No entanto, a titularidade da terra é em nome dos homens (98% do total de titulares), enquanto que somente 2% das mulheres têm os títulos em seu nome. Na maioria dos casos, as mulheres trabalham com seus maridos na propriedade. Segundo as entrevistadas, muitas das pequenas propriedades foram herdadas de pais e, em outros casos, compradas. De acordo com FAO (2015), os baixos índices de propriedade da terra por mulheres rurais podem ser um fator limitante para o acesso a recursos financeiros fundamentais, assistência técnica e capacitação, para o desenvolvimento do negócio. E ressalta, ainda, que as propriedades chefiadas por mulheres são tão bem-sucedidas quanto propriedades chefiadas por homens no que se refere à geração de renda.

Quando se analisam as atividades realizadas pelas mulheres entrevistadas, percebe-se que 66,7% delas realizam atividades extras, além das domésticas: 25,9% trabalham com a produção de hortaliças, 22,2%, com agricultura, e 18,5% com atividades agropecuárias. As atividades relacionadas à agropecuária referem-se à criação de pequenos animais, como aves e ovinos, e algumas dessas mulheres auxiliam também na criação de bovinos. Na agricultura, ajudam na produção de hortaliças e produção de frutas. Nesses casos, a ajuda, muitas vezes, não significa a geração de valor econômico e social para as mulheres, visto que as atividades desenvolvidas nessas formas de produção são consideradas de responsabilidade do homem. Esse fato foi constatado por diversos estudos que tratam sobre a participação da mulher no meio rural, destacando-se os trabalhos de Sousa *et al.* (2008), Langbecker (2014), Butto (2010), Brumer e Spanevello (2012), Silva e Schneider (2010). Nesse sentido, Silva e Schneider (2010), ressaltam um contra ponto, que a pluriatividade faz parte do processo de inserção das mulheres em atividades não agrícolas, o que desta perspectiva é algo positivo.

No entanto, algumas mulheres são remuneradas por suas atividades, em especial, aquelas que desenvolvem o cultivo de hortaliças, com destaque para um grupo de seis mulheres responsáveis pela produção de quase todas as hortaliças (cheiro verde) do APL. Outras mulheres no APL traba-

lham com processamento de frutas e leite, na produção de doces, queijos e bolos caseiros que são vendidos na feira de aquicultura familiar no município de Quixeramobim gerando, portanto, uma renda para essas mulheres, embora temporária. O trabalho das mulheres nessas atividades geradoras de renda monetária e sua participação estão em ascensão no APL Pingo d'Água.

Quanto à renda originária da produção de frutas e hortaliças irrigadas, 63% das mulheres declararam que suas famílias obtêm cerca de 2 salários-mínimos, enquanto 7,4 % alegam tirar um salário-mínimo, e 11,1% chegam a obter até 3 salários (Tabela 3). Essa renda é praticamente despendida no mercado local, na compra de insumos, componentes e peças, além de bens de consumo. O impacto econômico gerado nas comunidades locais a partir do apoio ao desenvolvimento do APL é visível e, percebe-se, pelas mudanças nas moradias e pelo o acesso a bens duráveis como eletrodomésticos, refletindo na melhoria da qualidade de vida das mulheres (Teixeira *et al.*, 2006).

Tabela 3 – Renda originária da produção das famílias das mulheres do APL

Descrição	Nº	%
Menos de um salário-mínimo/mês	2	7,4
1 Salário-mínimo/mês	5	18,5
Até 2 salários-mínimos/mês	17	63,0
De 3 ou mais salários-mínimos/mês	3	11,1
Total	27	100,0

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2020).

No que se refere ao provedor das famílias das mulheres do APL, em sua grande maioria, a responsabilidade econômica é do homem (63%), enquanto somente 22,2% das mulheres da amostra disseram que é dividida entre ambos; 11,1% afirmaram ser a responsável econômica da família com sua aposentadoria e trabalhos extras, como a ajuda na colheita de frutas e hortaliças. Essa realidade demonstra a invisibilidade que é dada ao trabalho e ao esforço de mulheres agricultoras na contribuição da renda familiar e na garantia da alimentação de suas famílias, por meio das atividades agropecuárias e do processamento de frutos e outros produtos.

Quanto à decisão de como é gasto o lucro da produção, 17,6% das entrevistadas decidem sozinhas como será gasto o dinheiro, outras 28,0% responderam que o marido divide essa responsabilidade com elas, já 38,2% disseram que o marido é quem decide e 16,2% decidem com outros familiares. Mas apesar disso, segundo elas, boa parte do dinheiro é investido no conforto de casa como móveis, eletrodoméstico e reforma da casa, além de proporcionar uma boa alimentação e educação para os filhos. Percebe-se que as mulheres atingem uma das dimensões do empoderamento citadas por Silva, Ponciano e Souza (2021) associada a atividade econômica e de melhoria de bem-estar.

No que se refere à participação das mulheres da comunidade em associações, embora no Vale da Forquilha exista uma associação de produtores do Vale, além da Associação Comunitária de São Bento, a participação delas é relativamente baixa. Dentre as mulheres da amostra, 70,4% declaram não participar de nenhuma associação e somente 29,6% delas disseram que participam. A maioria das mulheres que disseram não participar de associação ressaltam que nas associações a voz das mulheres tem menos valor que a dos homens, por isso elas preferem não se inserir em nenhuma associação. Por outro lado, por acharem que os homens (maridos) já participam dessas associações, em especial, as de produtores, não há necessidade de elas participarem. Nesse contexto, Mourão (2011) aponta que as percepções sociais sobre os papéis de gênero limitam, de certa forma, a participação das mulheres em associações e cooperativas. Nesse caso, a questão de gênero pode causar constrangimento para a construção de uma relação mais horizontal, estando, assim, relacionada com a desigualdade na participação de homens e mulheres nos espaços coletivos de composição mista. Da mesma forma, Hilhorst e Wennink (2010) afirmam que quando os critérios

de adesão limitam a participação de membros em potencial, deixam de proporcionar a eles acesso a informações sobre as oportunidades, envolvendo processos de comercialização, de serviços de extensão e fontes de financiamento.

Contudo, algumas mulheres do APL Pingo d'Água se organizaram em grupos informais com o objetivo de desenvolver atividades produtivas. Alguns estudos citados por Mourão (2011) mostram que as mulheres estão se organizando, principalmente, em torno de grupos produtivos informais que podem ser articulados no interior de organizações mistas ou de grupos autônomos compostos exclusivamente por mulheres, que podem variar de 5 a 20 mulheres. No entanto, esses grupos geralmente estão envolvidos, em atividades ditas sociais e, em menor escala, em atividades econômicas ligadas com a produção agrícola ou pecuária e com a comercialização dos produtos, o que difere um pouco do grupo de mulheres do APL Pingo d'Água em que o foco econômico será discutido no item seguinte.

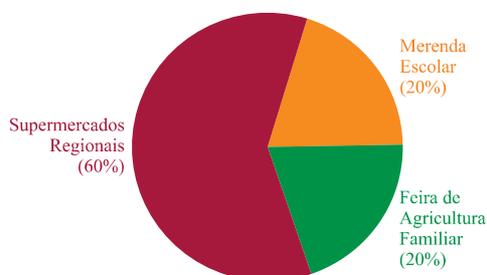
4.3 O grupo de mulheres produtoras no APL Pingo d'Água

O grupo de mulheres do APL Pingo d'água surgiu em 2005, destacando-se seis mulheres que se uniram para produzir, de forma coletiva, hortaliças e beneficiamento de frutos e derivados de leite. Esse grupo tem uma participação bastante ativa no APL, pois produz 98% de todas as hortaliças (cheiro verde na sua maioria). Além disto, produzem e comercializam doces, queijos e bolos na feira de agricultura familiar no município de Quixeramobim, auferindo uma renda extra além da produção de hortaliças.

A produção de hortaliças desse grupo de mulheres se dá em espaços cedidos pelo marido de uma delas, correspondendo aproximadamente a um hectare irrigado. O sistema da produção é coletivo, e cada uma das mulheres é responsável por um ou mais canteiros (em leiras) pela colheita, além de também ser responsável pela preparação da venda dos produtos. Uma das mulheres, além de participar do grupo, ainda divide com o marido outra área irrigada para a produção de frutas e também de hortaliças (tomate e pimenta). O grupo é informal, embora duas das mulheres participem de uma associação comunitária.

O grupo de mulheres produz em média 1500 maços de cheiro verde/dia, sendo esse o principal produto produzido pelo grupo, gerando uma renda média de 1 salário-mínimo por mulher. O destino dessa produção são feiras e supermercados regionais em Fortaleza, conforme visto na Figura 2. Contudo, o grupo de mulheres ainda depende dos homens para a comercialização da produção, já que os responsáveis pela comercialização e logística de distribuição dos produtos são representantes da associação de produtores, e um deles é o marido de uma delas. No entanto, quando se trata da venda na feira, são elas as responsáveis.

Gráfico 1 – Principais destinos da produção das mulheres do APL Pingo d'Água



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Observa-se um certo controle masculino sobre o grupo de mulheres, mesmo não havendo uma participação mais direta dos homens no processo produtivo. Esse fato ocorre principalmente por três motivos, em primeiro lugar, por um homem ser o proprietário do local em que são desenvol-

vidas as atividades produtivas das mulheres, e em segundo, por serem responsáveis pelo processo de venda dos produtos e controle do capital do grupo.

Essas mulheres, procuraram se solidarizar em um grupo informal por não encontrar espaço na associação de produtores do APL. Uma vez que chama a atenção para esse grupo de mulheres é a forma de ação coletiva desenvolvida por elas, tanto no processo de produção como no beneficiamento de produtos e venda do excedente da produção na feira de agricultura familiar.

Quanto ao acesso a crédito, foi possível observar pelas entrevistas que havia uma certa coesão e solidariedade entre elas, uma vez que elas trabalham com o crédito solidário fazendo rodízio. Com isso, o grupo desenvolve novas experiências produtivas que ajudam a promover maior reconhecimento. Nesse sentido, Mourão (2011) e Hilhorst e Wennink (2010) apontam que a participação das mulheres rurais em grupos de produção tem suscitado novos processos e reflexões sobre sua própria situação e, o que se passa em torno delas, criam vantagens e novas oportunidades, tais como ganhos econômicos da produção, da comercialização coletiva e da agroindustrialização, além disso, ampliação do capital social.

Existem muitos estudos sobre APLs, levando apenas em consideração os aspectos de competitividade, inovação, aprendizagem e empreendedorismo (Lobo *et al.*, 2024; Tahim *et al.*, 2024). Outras questões fundamentais são desconsideradas por não apresentarem relevância para estes estudiosos. Contudo, destaca-se que as inovações tecnológicas não são os principais resultados das mudanças ocorridas no APL Pingo d'Água. O que realmente se evidencia é a transformação dos valores, que surge a partir das vivências dos indivíduos, os quais, ao se tornarem sujeitos coletivos, compartilham suas experiências em espaços associativistas. Esses espaços exigem a prática de solidariedade, economia solidária e a busca por preços justos (Senar, 2019).

Outros aspectos que podem tornar as atividades produtivas das mulheres mais competitivas também foram analisados. Considerando, por exemplo, a assistência técnica, observou-se que 83% das mulheres entrevistadas relataram que esta é pouco frequente, visto que somente têm acesso quando a associação de produtores do Vale da Forquilha contrata um técnico para resolver algum problema no sistema de produção. Isso pode ser uma barreira para o crescimento das atividades produtivas não somente no Vale, mas também do grupo de mulheres, uma vez que elas consideram que a assistência técnica é muito importante para aumentar a produção hortifrutícola, e ressaltam também a necessidade de capacitação e treinamento (66,7%).

Quando questionadas sobre as principais vantagens relacionadas à localidade, as mulheres entrevistadas apontaram a disponibilidade de mão de obra qualificada (33,3%), a proximidade com os compradores/consumidores (66,67%), já que as hortaliças e frutas são facilmente perecíveis, a infraestrutura física (energia, transporte e estrada), fundamental para reduzir os custos e melhorar o escoamento da produção (42,3%), a disponibilidade de recursos naturais, principalmente água (89,3%), uma vez que elas dependem diretamente desse recurso para desenvolverem suas atividades de produção irrigada.

Foi ainda avaliado o nível de conhecimento e participação das mulheres em programas ou ações específicas para o meio rural. As instituições mais participativas são o Banco do Nordeste (83,33%), Sebrae (66,67%) e o governo municipal (50,0%). Isso porque o grupo de mulheres obtiveram financiamento para investimentos e custeio pelo Pronaf e o Crediamigo via Banco do Nordeste, por meio do aval solidário em que a prefeitura participa. As mulheres do grupo analisado são importantes agentes do APL Pingo d'Água e conseguem se relacionar e se articular com as instituições presentes, gerando vínculos e sinergias capazes de promover as capacitações produtivas e inovativas, contribuindo para reforçar os vínculos de natureza social e o enraizamento territorial, fundamentais para o fortalecimento do APL e, conseqüentemente, o desenvolvimento local

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar a participação de um grupo de mulheres, como agentes do APL, Pingo d'água, procurando avaliar o perfil das relações socioeconômicas do seu trabalho, enquanto ação coletiva, além do papel assumido na reprodução da unidade produtiva. Com base nas informações coletadas, foi possível perceber que a maioria das mulheres (66,7%) são casadas e afirmam não ter planos de sair da comunidade por esse motivo. Quanto à escolaridade, 40,7% não concluíram o ensino fundamental, principalmente, por não terem acesso à escola quando crianças, devido à necessidade de trabalhar na roça. No entanto, as mulheres mais jovens e solteiras têm uma maior escolaridade, além de terem planos de migrar da região.

A maioria das produtoras são proprietárias das terras, no entanto, formalmente a titularidade é em nome dos homens em 98% dos casos. Pode-se confirmar que as mulheres que se dedicam às atividades no campo em qualquer âmbito, também são responsáveis integralmente pelas atividades domésticas e de cuidado com os filhos, o que em algumas situações produz uma sobrecarga de trabalho, já que muitas vezes a ajuda das mulheres nas atividades do campo não é vista como um trabalho.

O dinheiro oriundo das atividades de cultivo no APL é investido para compra de alguns itens eletrodomésticos essenciais ao lar, reforma da casa quando necessário, alimentação e educação dos filhos. No entanto, na maioria dos casos, quem decide o destino final do dinheiro são os homens, isto implica que as mulheres não possuem autonomia para usar o dinheiro em necessidades femininas específicas. Um outro aspecto que chama a atenção é que a maioria das mulheres não participam da associação comunitária, pois, alegam que não tem voz nas discussões e, por esse motivo, preferem não participar. Como alternativa, algumas mulheres se organizam em grupos informais.

De forma geral, a situação das mulheres não difere dos achados de muitos estudos sobre a participação das mulheres no meio rural, principalmente, no que diz respeito à sua visibilidade. Entretanto, um grupo de seis mulheres se destacou no decorrer da pesquisa, produzindo hortaliças que são distribuídas em grande escala. Nesse grupo, pode ser notada uma ação coletiva com fortes aspectos de coesão e solidariedade.

Este estudo contribui para compreensão da participação das mulheres no contexto de um importante APL e para reforçar as discussões teórico-empíricas na temática. Como sugestão de pesquisas futuras, estudos quantitativos na temática e com maior número de mulheres pesquisadas são indicados para ampliar a visão a respeito dos resultados. Também, são indicados estudos comparativos com outros APLs para identificar se são especificidades locais ou podem ser generalizadas para outras regiões, assim como, trabalhos que se aprofundem nos aspectos de coesão e solidariedade que emergiram neste estudo.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Relatório de Atividades da Expansão da RedeSist. **Estudo do Arranjo Produtivo Local Pingo D'água**, Quixeramobim – Ceará. Setembro de 2004.

_____. Território e inovação: o Arranjo Produtivo Pingo D'Água. São Paulo. **Revista de Ciência e Cultura**. v. 58, n. 1, jan./mar. 2006.

ADECE - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Arranjos produtivos locais e aglomerados produtivos no Ceará**: Painel Interativo, 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZGMwNDUyNjYtMmM4MCM0NTRjLWFkZTEtNzczODg0MDRhMjcziwiidCI6IjgwMDM1N2UwLTg5ZTctNDk4Yi04MzgiLLTczOGUxOTMyNmZkNyJ9&pageName=ReportSectiond393aa5b4df97564f3de>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

BARRAJAS, M. L. L. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016

BOURLEGAT, C. A. L.; FALCÓN, M. L. Sistemas e arranjos produtivos e inovativos locais: abordagem territorial e os desafios para uma agenda de políticas públicas. In: MATOS, M. P.;

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; LEMOS, C.; SZAPIRO, M. (Org). **Arranjos Produtivos Locais Referencial, experiências e políticas em 20 anos da RedeSist**. Editora E-papers. Rio de Janeiro, 2017.

BORGONHA, M. C.; BORGONHA, M. **Mulher pescadora e mulher de pescador: a presença da mulher na pesca artesanal** na Ilha de São Francisco do Sul, Santa Catarina. In: SIMPÓSIO FAZENDO GÊNERO CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis.

BERNARD, T, *et al.* Do village organizations make a difference in African rural development? A study for Senegal and Burkina Faso. **World development**, v. 36, n. 11, p. 2188-2204, 2008.

BUTTO, A.; Leite, R. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 13, 2010, Porto de Galinhas, **Anais...** Porto de Galinhas: Asociación Latinoamericana de Sociología Rural, 2010. p. 21.

BRUNO, R; AQUINO, S. L; JALIL, L; JUNIOR, V. J. W; BORDALO, A. **Organização produtiva das mulheres assentadas da reforma agrária**. In: BUTTO, A. *et al.* Autonomia e Cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: MDA, 2011. p. 7-192.

BRUMER, A; SPANEVELLO, R. M. O papel dos mediadores no acesso das mulheres ao PRONAF mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23, n.1, p. 89-112, 2012

CASSIOLATO, E.; LASTRES, H. M. M. **Arranjos Produtivos Locais: uma alternativa para o desenvolvimento (experiências de Política)**. v. 2, Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

CAVALCANTI, D. R. M. **Entre a casa e pesca: discutindo gênero e pesca feminina no litoral** Paraibano. In: SIMPÓSIO FAZENDO GÊNERO CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis.

CAVENAGHI, S.; DINIZ, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: Ens-Cpes, 2018.

CORREA-SILVA, A. M.; GONÇALVES, J. P. A mulher e a atuação profissional, relações de gênero e divisão sexual do trabalho: uma revisão sistemática em bases de dados nacionais. **Momento-Diálogos em Educação**, v. 29, n. 2, p. 278-294, 2020.

COMITÊ DA BACIA DO SÃO FRANCISCO (CBHSF). **A agricultura de sequeiro**, 2015. Disponível em: https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/cultura_blog/a-agricultura-de-sequeiro-3/. Acesso em: 03 abr. 2023.

DUFLO, E. Women empowerment and economic development. **Journal of Economic literature**, v. 50, n. 4, p. 51-79, 2012.

EISENHARDT, K. M.; GRAEBNER, M. E. Theory building from cases: Opportunities and challenges. **Academy of Management Journal**, v. 50, n. 1, p. 25-32, 2007.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Relatório Técnico e de Atividades 2019/ Embrapa Semiárido**, 2020. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1130205>. Acesso em: 20 Jan. 2023.

FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **O papel da mulher na segurança alimentar**, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/fr/c/1238916>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Mulheres rurais devem ter mais acesso à terra para erradicar a fome na América Latina e Caribe**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/70486-fao-mulheres-rurais-devem-ter-mais-acesso-terra-para-erradicar-fome-na-america-latina-e>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FERNANDES, V. R. V.; DE JESUS, _____. M. Projeto Governo Cidadão e o enfoque em Arranjos Produtivos Locais: uma análise dos limites da abordagem no Rio Grande do Norte. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 26, p. 11-24, 2021.

FRANÇA, G. B. *et al.* Gênero e território: a participação das mulheres nas práticas de sustentabilidade e a afirmação da territorialidade enquanto elemento de cidadania. **Cadernos da Escola de Direito**, v. 3, p. 294-306, 2012.

GERRING, J. **Qualitative Methods**. *Annual Reviews Further*, v. 20, p. 15-36, 2017.

HILHORST, B.; WENNINK, T. **Strengthening women's livelihoods through collective action: market opportunities in smallholder agriculture**. Amsterdam: KIT, 2010.

HERRERA, K. M.; BIROCHI, R. Uma Releitura das Organizações Produtivas de Mulheres Rurais Através da Teoria da Reciprocidade. **Temas de Administração Pública**, v. 9, n. 1, [s.p], 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017. **Características dos Produtores**, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: 02 abr. 2023.

_____. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/censos/censo-demografico/2022/Previa_da_Populacao/E_POP2022.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibilidade-para-seus-direitos#:~:text=Segundo%20dados%20do%20Instituto%20Brasileiro,residente%20no%20campo%20no%20Brasil>. Acesso em: 12 Jan. 2023.

JACOB, _____. A.A.; BRANDÃO, BARBOSA, J. **Projeto Pingo D'Água Quixeramobim Ceará**. Centro de Estudos em Administração Pública e Governo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.

LANGBECKER, T. B.; PERLEBERG, _____. S. A contribuição da mulher pecuarista como potencial ator na preservação da atividade de corte no município de Dom Pedrito-RS. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 8, n.1, p. 1-24, 2014.

LOBO, E. A.; TAHIM, E. F.; ÂMARA, S. F. Financiamento da inovação, processo de aprendizado e desempenho inovativo: O caso das empresas beneficiadas com o programa Tecnova no estado do Ceará entre 2015-2017. **Teoria e Prática em Administração**, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2022.

LOBO, E. A.; RUZ NETO, L. A. S.; TAHIM, E. F.; ÂMARA, S. F. Formas de orquestração da inovação em arranjos produtivos locais: um estudo no setor moveleiro e de calçados. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, n. 1, p. 300–320, 2024.

- MATOS, G. S. P.; BORIN, B.; ASSIOLATO.; ARRUDA, D. A Evolução de Arranjos Produtivos Locais em uma década. IN: MATOS, G. S. P.; BORIN, B.; ASSIOLATO, J. E. (Org.). **Uma década de evolução dos arranjos produtivos locais**. Rio de Janeiro: EPapers, 2015.
- MOURÃO, P. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais**. Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura. São Paulo: IICA, 2011. 18p.
- MELO, H.P E. SABBATO A. **Gênero e Trabalho Rural 1993/2006**. Rio de Janeiro: IICA. 2007.
- MORAES, L.; PONTES, N.; SIEBER, S.; FUNARI, J.; NASCIMENTO, N.; MARQUES, P. Trabalho e uso do tempo: a construção de metodologias para compreender a rotina de mulheres rurais. In: MELO, H. P.; MORAES, L. L. (Orgs.). **A arte de tecer o tempo: perspectivas feministas**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 169-204.
- MILES, M.B.; HUBERMAN, A.M.; SALDANA, J. **Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook**. London: Sage, 2014.
- OBSERVATÓRIO APL. **Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/instituicoes-de-apoio/entidades/banco-do-nordeste-do-brasil-s-a-2013-bnb>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- PINTO, J. M.; YURI, J. E.; COSTA, N. D.; ORREIA, R. C.; ALGARO, M. In: INOVAGRI INTERNATIONAL MEETING, 5.; Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem, 28.; Simpósio Latino Americano De Salinidade, 1., 2019, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Inovação na Agricultura Irrigada: UFPA: ABID, 2019.
- PANDOLFELLI, L.; MEINZEN-DICK, R.; DOHRN, S. Gender and collective action: motivations, effectiveness, and impact. **Journal of International Development**, v. 20, n, 1, p. 1 -11, 2008.
- RUBIN, D.; MANFRE, K.; BARRET, N. **Promoting gender equitable opportunities**. Washington: USAID, 2009
- RODRIGUES, R. P.; MEDEIROS, M.; BENJANMIM, A. M. S. As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Paracetá (PA). **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, p. 103-124, 2021.
- ROCHA, V. O. A importância das questões de gênero no âmbito rural: as múltiplas atividades desenvolvidas por mulheres na zona rural do município de Manaus/ Amazonas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSF, 2017. p. 1-9.
- SPANEVELLO, R. M. *et al.* Mulheres rurais e atividades não agrícolas no âmbito da agricultura familiar. **Desenvolvimento em questão**, v. 17, n. 48, p. 250-265, 2019.
- SENAR - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **Organizações coletivas no meio rural: associativismo e cooperativismo**. Brasília: Senar, 2019.
- SCHOMMER, P. C. Projeto Pingo D'água. In: BARBOZA, H. B.; SPINK, P. (Org.). **20 Experiências de gestão pública e cidadania**. São Paulo: Programa gestão pública e cidadania, 2002.

- SILVA, A. M.; PONCIANO, N. J.; DE SOUZA, P. M. PRONAF e empoderamento das mulheres rurais. Uma análise das dimensões econômica, social e política. **Revista Grifos**, v. 30, n. 2, 2021.
- SIMIONI, F. J.; HOFF, D. N.; SILVA, C. Diversificação e atividades não agrícolas como alternativas de renda na agricultura familiar: um estudo de caso no município de painel/SC. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n.2, p. 185-207, 2016.
- SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, Trabalho Rural e Pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R. MENESES, M. (Org.) **Gênero em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p.183-207.
- SOUSA, L. C. *et al.* **Participação da mulher na sustentabilidade da agricultura familiar na localidade** de Jandira, Iranduba, Amazonas, 2008. Disponível em: < www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/130.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.
- TAKEUCHI, H. NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- TELLES, L.; JALIL, L.; CARDOSO, E.; A. C. Cadernetas Agroecológicas e a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas no Brasil. In: ZULUAGA, G.; CATACORAVARGAS, G.; SILIPRANDI, E (Orgs). **Agroecología en femenino. Reflexiones a partir de nuestras experiencias**. Buenos Aires: Clacso, 2018, p. 141-158.
- TEIXEIRA, K. H. *et al.* cooperação e inovação: um estudo sobre o Arranjo Produtivo Pingo D'Água. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, n.3, p. 573-594, 2006.
- TAHIM, E. F. *et al.* Processo evolutivo e dinâmica de cooperação, aprendizagem e inovação do APL de calçados do Cariri-CE. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, v. 14, n. 1, p. 335–362, 2024.
- TEIXEIRA, K. H.; MAYORGA MERA, R. D.; AMARAL FILHO, J. Arranjo produtivo local Pingo D'água: inovação e cooperação. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 2, p. 276-288, 2007.
- VIDAL, D. L. Diversidade tipológica do manejo rural feminino no semiárido. **Archivos de Zootecnia**, v. 60, n.232, p. 1-12, 2011.
- VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman Editora, 2015.